Parte I - Feminismo e Teoria Política

2. Resistência e ocupação de espaços: debates feministas e *queer* em relações internacionais

Janina Onuki
Ana Balbachevsky Guilhaon Albuquerque
Arthur Murta

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ONUKE, J., ALBUQUERQUE, A.B.G., and MURTA, A. Resistência e ocupação de espaços: debates feministas e queer em relações internacionais. In: VITALE, D., and NAGAMINEM R., eds. *Gênero, direito e relações internacionais: debates de um campo em construção* [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 38-55. ISBN: 978-85-232-1863-8. <https://doi.org/10.7476/9788523218638.0003>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

RESISTÊNCIA
E OCUPAÇÃO
DE ESPAÇOS:
debates feministas e
queer em Relações
Internacionais

Janina Onuki

Ana Balbachevsky Guilhon Albuquerque

Arthur Murta

Por muitos anos prevaleceu na agenda das Teorias de Relações Internacionais o debate em torno da segurança internacional e do equilíbrio de poder em um sistema internacional em que os Estados eram vistos como atores unitários, cujas ações eram delimitadas pelo poder político e, portanto, únicos influenciadores das relações internacionais.

No entanto, a evolução do campo trouxe consigo a percepção sobre a relevância de novos atores sociais num ambiente internacional marcado pela profunda interdependência econômica e política. Tal movimento pode ser verificado pela introdução de novos conceitos e abordagens, capazes de dar conta da diversidade de temáticas e de variáveis interligadas para a compreensão de fenômenos que marcam o cenário internacional nas últimas três décadas de forma mais efetiva.

Neste contexto recente, várias perguntas passaram a ser feitas no campo das Teorias de Relações Internacionais, não mais limitadas ao debate entre realistas e liberais. O debate sobre gênero, feminismo e, mais recentemente, teoria *queer* nas Relações Internacionais tornou-se indispensável na própria discussão sobre a sociedade internacional, conformando-se como uma nova agenda de pesquisa, que traz subsídios teóricos e nos leva a discutir a perspectiva de uma análise empírica mais diversa e consistente com a realidade internacional contemporânea.

Esse capítulo objetiva 1) apresentar as principais perguntas sobre o papel da mulher e sua atuação no cenário internacional; 2) discutir como as teorias feministas foram inseridas no campo das teorias das Relações Internacionais, ocupando um lugar de destaque, questionando as teorias do *mainstream* – focadas na busca do equilíbrio de poder – e desafiando os campos epistemológicos e metodológicos da disciplina; 3) expor as linhas gerais das contribuições da Teoria *Queer* para as Relações Internacionais e sua recente agenda de pesquisa.

Uma nova abordagem para as Teorias de Relações Internacionais

Nós sempre estivemos aqui, fazendo o que tinha que ser feito. Tão confiável quanto o mobiliário, tão solidário quanto a sua poltrona

favorita [...] Estávamos sempre aqui, trabalhando, comendo, dormindo, cantando, sofrendo, dando à luz, morrendo [...] Nenhuma refeição foi preparada sem passar por nossas mãos. Nenhum dos escritórios funcionou por uma hora sem nosso atendimento, sem nosso dedo no teclado. Nem um livro que nos ignora poderia ter sido escrito sem que nós fizéssemos as compras, sem que nós costurássemos, passássemos digitássemos, preparássemos o café reconfortante. Esta é a nossa história, e a verdade de nossas vidas vai derrubá-los.¹ (MORALES, 2017, p. 16)

Onde estão as mulheres nos debates de Relações Internacionais (RI)? Onde estão as acadêmicas, políticas, militares e diplomatas? Durante muito tempo, as teorias e os debates dentro da área de RI foram vistos como sendo neutros, sem a necessidade da utilização de variáveis de gênero, uma vez que o estudo das RI seria o estudo das relações interestatais. Porém, as mulheres também estão no *front*, exercendo os mais distintos papéis no cenário internacional. Ainda que estejam em toda a parte, por muito tempo foram esquecidas no debate acadêmico. Hoje, não mais. Nesse sentido, questiona-se: qual o papel do feminismo dentro das Relações Internacionais? Qual a crítica desta vertente sobre teorias clássicas?

A desigualdade de poder entre homens e mulheres é algo presente em todo o mundo, seja ele ocidental ou oriental, no Norte e no Sul Global. Não só a desigualdade social está presente em múltiplas culturas, como também se vê a própria discussão acerca da dominação patriarcal, que pode ser encontrada em diversos momentos históricos, perpassando períodos de maior ou menor opressão e controle. (MIGUEL; BIROLI, 2015, p. 18) Levando em conta a ideia de que a variável do patriarcado (ou

1 “We have always been here, doing what had to be done. As reliable as furniture, as supportive as their favorite sillón [...] We were always here, working, eating, sleeping, singing, suffering, giving birth, dying [...] Not one meal was ever eaten without our hand on the pot. Not one office ran for an hour without our ear on the phone, our finger on the keyboard. Not one book that ignore us could have been written without our shopping, baking, mending, ironing, typing, making coffee, comforting. This is our story, and the truth of our lives will overthrow them.”

dominação masculina²) pode ser considerada uma constante em diversas sociedades, não é difícil entender a teoria política feminista como uma epistemologia possível dentro dos debates das Relações Internacionais, preenchendo lacunas e trazendo novos questionamentos às agendas de pesquisa.

O fim de uma era

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo passou por um período longo em que duas nações dominavam o sistema internacional, em um sistema bipolar de superpotências. Durante a Guerra Fria, uma das teorias dominantes e mais aceitas entre pesquisadores era o Realismo e seus desdobramentos, em que teóricos como Hans Morgenthau acreditavam que era da natureza dos homens, e por isso dos Estados, dominar outros, o que levava, inevitavelmente, à guerra. (WALT, 1998) Waltz, a partir da teoria neorrealista, destaca não mais a natureza humana, mas o contexto em que se encontram os Estados como componente indispensável de análise. Assim, o sistema internacional anárquico traria incerteza quanto à segurança estatal e, por isso, tendia à guerra e a violência. (WALTZ, 2001)

Em meados dos anos 1970, o aprofundamento das relações financeiras e econômicas entre Estados deu espaço para que outras teorias entrassem no debate de RI. O neoliberalismo (ou neo-institucionalismo)³ já trazia a importância de Instituições para a análise das Relações Internacionais, assim como o aumento da dependência financeira entre Estados, que seria visto como um impeditivo ou, pelo menos, uma dissuasão à guerra. O aumento do número de Estados participantes da Organização das

2 Luis Felipe Miguel, no primeiro capítulo do livro que escreveu em conjunto com Flávia Biroli, traz a discussão sobre as controvérsias acerca do uso do termo patriarcado ou dominação masculina, que podem ser definidas como padrões de opressão em um sistema hierárquico baseado na dualidade do gênero, onde o público e privado são esferas separadas e relações privadas são despolitizadas. Para mais informações: Miguel e Biroli, (2015, p. 12).

3 Neo-Institucionalistas como Joseph Nye, trouxeram à tona conceitos como *Soft* e *Hard Power*, e tentam mostrar que não é apenas de poder “duro” que são feitas as relações internacionais, mas também com influência cultural e diplomática, assim como negociações e coalizões por meio de instituições. Para mais informações: Nye Jr (2009, p. 160-163).

Nações Unidas (ONU)⁴ e a criação de novas instituições, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a consolidação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), posteriormente abarcado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) quando criada em 1995, fizeram com que o debate neo-neo⁵ se tornasse por muito tempo o centro da disciplina e de estudo, especialmente nos Estados Unidos.

No início dos anos 1990, com o fim da Guerra Fria, o debate acadêmico de Relações Internacionais se ampliou expressivamente nos âmbitos ontológicos, epistemológicos e metodológicos. Para além das contribuições e críticas construtivistas – uma das perspectivas mais aclamadas nesse período –, ganharam força outras, que desafiavam teóricos a sair do debate centralizado em grandes potências e olhar para o Sul Global com mais afinco. Também se fortaleceram as análises que buscavam compreender várias outras dinâmicas, contemplando relações locais, e não apenas estatais.

Nesse período, ganhou ânimo o emergente debate que envolvia teóricas feministas e de Relações Internacionais sobre uma nova maneira de enxergar a disciplina, a política e economia mundial. Em seu prefácio para o livro *Gendering World Politics*, J. Ann Tickner “comemora” o fato de que desde a década de 1970 estes questionamentos começavam a aparecer e, hoje, devido a um grande esforço de acadêmicas ao redor do mundo, os debates vêm ganhando força e têm se tornado cada vez mais indispensáveis em congressos e salas de aula.

A ascensão do olhar feminista nos estudos de RI se deve a diversas mudanças na política mundial que se consolidaram com o fim da Guerra Fria e aos avanços no campo de direitos. O declínio da probabilidade de um conflito entre dois superpoderes e o aumento da participação de atores não estatais nas relações internacionais, fizeram com que houvesse espaço para novos campos de interesse, em que “previamente a

4 Para mais informações sobre quais países aderiram e quando aderiram, olhar: ONUBR. Países membros. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/>> Acesso em: 7 maio 2018.

5 Debate entre teóricos adeptos ao Neorrealismo e ao Neoliberalismo nas Relações Internacionais, que ficou conhecido como debate neo-neo.

atenção era voltada à rivalidade do Leste com Oeste, uma variedade de tópicos hoje em dia ocupa a agenda de estudos de segurança das Relações Internacionais” (TICKNER, 2001, p. 1), dentre elas as questões de gênero.

Dessa maneira, é equivocado sustentar que a disciplina de Relações Internacionais seria neutra, visto que se insere em uma dinâmica global baseada em uma dualidade de gênero para sua organização. Teóricas feministas definem gênero como características que, apesar de variarem em tempo e lugar, são cultural e socialmente construídas, como, por exemplo: poder, autonomia e racionalidade (características masculinas) e fraqueza, dependência e emoções (características femininas). (TICKNER, 1997) Além disso, estruturas de gênero são, inevitavelmente, relações de poder. (SCOTT, 1986) A seguir, analisar-se-á como o feminismo colidiu com as Relações Internacionais, suas contribuições e os principais debates entre teóricos e teóricas sobre conceitos básicos como poder e segurança.

Desentendimentos

As tensões entre feministas e teorias clássicas de RI também se dão pelo fato de que, no período após a Segunda Guerra Mundial, teóricos da disciplina buscaram fomentar análises sistêmicas e orientadas para o Estado, enquanto as teorias críticas e feministas utilizam a mulher como sujeito na disciplina e o gênero como categoria de análise. As teóricas feministas têm prezado por um pluralismo epistemológico, bem como com certas sensibilidades ontológicas (TICKNER, 1997), aproximando-se do que ficou conhecido como o terceiro debate (WAEVER, 1996), ou “pós-positivismo”.

Mary Wollstonecraft – considerada por muitos como uma das fundadoras do feminismo (MIGUEL; BIROLI, 2015) – contestava, em sua obra de 1792, “O direito divino dos maridos” (WOLLSTONECRAFT, 1978), que a independência da mulher por meio da educação e o direito ao voto traziam a ideia de que a mulher deveria ser livre para ser seu melhor e, assim, igualar-se intelectualmente a seu marido, podendo desta forma possuir seu próprio dinheiro e propriedade. A luta pelo sufrágio dura até os dias

de hoje.⁶ Porém, o feminismo liberal de Wollstonecraft recebeu – e recebe – fortes críticas por ter um viés de classe (e, por consequência, de raça).

Em seu famoso discurso “Ain’t I a Woman?”, Sojourner Truth, negra e escrava liberta, questiona não ser contemplada na discussão acerca do feminismo e direitos da mulher, nem pelos homens, que não a tratam como mulher, nem pelas mulheres, que são incapazes de perceber essas diferenças entre elas próprias. (STOWE, 1863) O fato é que a mulher branca de classe média-alta dos Estados Unidos e da Europa não ocupava o espaço público de trabalho. Porém, uma grande parcela da população feminina (operária e ex-escrava) já trabalhava lado a lado com homens há muito tempo.⁷ Além disso, no início do século XIX, o feminismo marxista tentava trazer a mulher operária para o centro de sua discussão.⁸ De um modo geral, diferentes vertentes feministas tentam ilustrar e explicar a subordinação feminina e sua relação – injustificável – de assimetria social e econômica para com os homens. (TICKNER, 2001)

Uma das primeiras reformulações das Relações Internacionais de um ponto de vista feminista foi feito por Tickner em 1988 em seu artigo “Hans Morgenthau’s principles of political realism: A feminist reformulation”. Nele, a autora chama a atenção para o fato de que existem características que são atribuídas à dualidade de gênero, como razão (masculina) e emoção (feminina). Ressalta ainda que as características atribuídas à masculinidade são, em geral, mais valorizadas tanto por homens quanto por mulheres. (TICKNER, 1988) Um exemplo de como isso transbordaria para o pensamento em RI está na teoria realista de Hans Morgenthau, que

6 A Arábia Saudita era o último país a negar o voto a mulheres, onde elas votaram em 2015 pela primeira vez: G1MUNDO. Mulheres votam pela primeira vez em eleições na Arábia Saudita. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/12/mulheres-votam-pela-primeira-vez-em-eleicoes-na-arabia-saudita.html>>. Acesso em: 10 maio 2018.

7 É importante frisar o quanto a discussão acerca esfera pública e privada é densa dentro da teoria política feminista. Segundo Flávia Biroli, a crítica sobre a divisão entre as esferas públicas e privadas e a garantia da liberdade e real autonomia das mulheres depende da politização de aspectos relevantes da esfera privada. Para mais aprofundamento nesta discussão, recomendo a leitura de Miguel e Biroli (2015, p. 29).

8 Apesar da leitura de Marx e Engels ser de que o patriarcado se estabelece apoiado na lógica capitalista, eles defenderam em seus textos a igualdades entre homens e mulheres. Algumas autoras que teceram teses e argumentos sobre autonomia da mulher comunista e socialista foram: Alexandra Kollontai (1872-1952) e Clara Zetkin (1857-1933).

é altamente baseada em um vocabulário masculinizado (poder, racional, guerra, Estado etc.), o que reforçaria a ideia de que sua teoria é racional (ou seja, não-emocional).

O mesmo processo se observa no conceito de poder na teoria realista, que, como mencionado anteriormente, está ligado à dominação de um homem sobre o outro. Nesse sentido, o poder na política foi (e ainda é) atribuído ao homem, e não à mulher. Pode-se verificar tal construção ao se observar que, ao longo da história, raras foram as rainhas e, ainda hoje, raras são as chefes de Estado.

Para explicar o conceito de poder, as mulheres em geral usam uma definição distinta da de Morgenthau. Jane Jaquette (1984), uma das autoras citadas por Tickner para explicar o poder feminino em contraste ao poder masculino, argumenta que as mulheres em geral dependem da persuasão em lugar da coerção. Ou seja, o conceito de poder, quando ligado à mulher, estaria muito mais relacionado à coalizão e à mútua-capacitação.⁹ A releitura de conceitos, antes dados como certos dentro da disciplina, pode ser considerada como o primeiro esforço de feministas para uma contribuição mais ampla em Relações Internacionais.

Em 1989, o artigo intitulado “International Relations Theory: Contribution of a Feminist Standpoint”, de Robert Keohane, dá início a um debate entre teóricas feministas e autores da escola clássica de Relações Internacionais. Em resposta a Christine Sylvester,¹⁰ Keohane traz o argumento de que, apesar das críticas pós-modernistas, a concepção de um ponto de vista feminista promoveria um começo interessante para uma teoria feminista de Relações Internacionais. O debate¹¹ ficou famoso, pois, de acordo com Tickner (2001), o engajamento entre feministas

9 A autora utiliza o termo “mutual-enablement”, capacitação-mutua é tradução livre nossa.

10 Christine Sylvester é professora de ciências políticas e estudos sobre mulheres na UConn (Universidade de Connecticut) e é afiliada à Escola de Estudos Globais da Universidade de Gotemburgo, na Suécia. Sua contribuição nos estudos de feminismo e relações internacionais é extensa. Um livro importante para a área: *Feminist International Relations: An Unfinished Journey* (2002).

11 Aqui não vamos mencionar todas as respostas e contra-respostas dentro do amplo debate que existe até os dias de hoje. Algumas das principais contribuições e inserções de autoras e autores das Relações Internacionais são mencionados afim de termos uma ideia das principais causas de desentendimentos entre as feministas e teóricos clássicos de RI.

e pesquisadores mais convencionais das RI é raro. Além disso, o debate apresenta quais são os principais pontos de críticas feministas dentro das teorias clássicas e como foi a resposta recebida dentro do campo.

Cynthia Weber (1994), em resposta ao artigo de Keohane, mostra justamente as problemáticas do que ela chama de “*male paranoia*” (paranoia masculina) em momentos em que homens são confrontados com a possibilidade de perder o perímetro de sua atuação e tentam, de certo modo, fazer com que as críticas estejam dentro deste perímetro, ou de um novo delimitado por si mesmos. Aqui é importante notar que, apesar de sua intenção ser de incentivar um “ponto de partida promissor para o desenvolvimento de uma teoria feminista internacional” (KEOHANE, 1989), o texto, de acordo com Weber, é limitador ao tentar fazer com que a teoria crítica entre em conformidade com a norma.

Francis Fukuyama (1998) começa sua crítica às teóricas feministas em Relações Internacionais ao analisar atividades e relações entre primatas. Sua analogia é que, biologicamente, o macho é mais violento que a fêmea. Ele chega a afirmar que “um mundo conduzido por mulheres seguiria regras diferentes e que as sociedades pós-industriais e ocidentais estariam caminhando em direção a este tipo de mundo. Com as mulheres ganhando poder nestes países, estes se tornariam menos agressivos, aventureiros, competitivos e agressivos”. Portanto, para o autor, o problema das teóricas feministas estaria no fato de que elas “veem estas atitudes em direção à violência, poder e status como completamente os produtos de uma cultura patriarcal, enquanto que na verdade parece que eles estão baseados na biologia”. Esta não seria a primeira vez que o feminismo lidaria com questões existencialistas e biológicas como variável explicativa do sistema patriarcal. A famosa obra de Simone Beauvoir (2014) possui traços deterministas sobre a condição da mulher, culpando em parte a fisionomia do sexo feminino pela subordinação patriarcal.

Ressalta-se que o pensamento determinista é bastante perigoso por reduzir o papel da mulher como uma distinção meramente biológica, deixando de fora a importância dos papéis sociais e dando um fim às críticas à hierarquia de gênero na sociedade. Em uma resposta a Fukuyama, Barbara Ehrenreich frisa que a guerra é complicada demais e deriva de

ações coletivas, não devendo ser explicada pelo impulso de um homem. Para a autora, “é um grande passo, do que pode ser uma tendência biologicamente inata para a agressão individual à guerra de grupo ritualizada, socialmente sancionada e institucionalizada”¹²(EHREINRECH; KATHA, 1999)

Ainda neste debate, Adam Jones (1996) argumenta que “tentativas feministas de lidar com as variáveis de gênero permanecem limitadas, ou mesmo radicalmente restringidas”. Em seu artigo “Does Gender make the World go round?”, o autor sustenta que “O sucesso das feministas em explorar a variável gênero permanece, neste ponto, misturado. E até que as estruturas feministas sejam expandidas e, até certo ponto, retrabalhadas, é difícil ver como uma teoria persuasiva ou um relato da diferenciação de gêneros das relações internacionais pode ser construído.”¹³ (JONES, 1996, p. 420)

Jones busca trazer uma contribuição para a discussão e critica o fato de que a utilização da variável “gênero”, em estudos feministas, é automaticamente direcionada à mulher, e nunca ao homem. Ele aponta diversos casos, como os tumultos anti-sikh de 1984 em Nova Delhi, em que cita Madhu Kishwar (1985) afirmando que “tem havido poucos casos de mulheres sendo mortas, exceto quando ficaram presas em casas que foram incendiadas. Quase todas as mulheres entrevistadas descreveram como homens e meninos eram alvos especiais”.¹⁴ Em suma, Jones insiste que estudos de gênero não se confundam com estudos de mulheres, pois vê isso como uma possível limitação a uma teoria feminista de relações internacionais.

12 “it is a large step from what may be biologically innate leanings toward individual aggression to ritualized, socially sanctioned, institutionalized group warfare”.

13 “feminists’ success in exploring the gender variable remains, at this point, mixed. And until feminist frameworks are expanded and to some extent reworked, it is hard to see how a persuasive theory or account of the gendering of international relations can be constructed.” (JONES, 1996, p. 420)

14 “there have been very few cases of women being killed except when they got trapped in houses which were set on fire. Almost all the women interviewed described how men and young boys were special targets”

O que se nota pelo argumento de Jones é que o autor, assim como outros dentro da disciplina, ainda não entende o que significa utilizar o gênero como categoria de análise dentro de estudos de política internacional. Em seu artigo intitulado “Você ainda não entende: por que continuam existindo divergências entre feministas e a EPI crítica”,¹⁵ Giorgina Waylen (2006, p. 148) afirma ainda haver desentendimentos acerca deste tópico:

Eles (pesquisadores de RI e EPI) parecem acreditar que é suficiente fazer algumas menções às mulheres como um grupo em alguns contextos, muitas vezes como ativistas nos movimentos feministas ou em termos do impacto de um processo nas mulheres. Isso não é mais do que uma ‘adição de mulheres’ às análises existentes sem alterar as categorias e estruturas subjacentes. Não é ver o gênero como fundamentalmente constitutivo de processos importantes. De fato, mesmo quando as mulheres são mencionadas, muitos estudos veem as mulheres como um grupo muitas vezes inteiramente homogêneo, sem reconhecer que outros grupos são de gênero.¹⁶

Olhar para a mulher nas Relações Internacionais é importante para entender possíveis relações de poder que não são levadas em consideração em uma análise puramente institucional e estatal. Porém, assim como Waylen (2006, p. 164) afirma, significa também entender que existem vivências e experiências que não podem ser homogeneizadas, como trabalhadores de determinados setores da economia, pois este tipo de análise deixa de lado relações informais de poder e enfocam, principalmente, questões formais e contratuais.

15 “You still don’t understand: why troubled engagements continue between feminists and (critical) IPE”

16 “They (IR and IPE Scholars) appear to believe that it is enough to make some mention of women as a group in a few contexts, often as activists in women’s movements or in terms of the impact of a process on women. This is no more than a limited ‘adding women in’ to existing analyses without changing any underlying categories and frameworks. It is not to see gender as fundamentally constitutive of important processes. Indeed even when women are mentioned, many studies see women as an often entirely homogenous group, without recognising that other groups are gendered”.

Por fim, J. Ann Tickner busca entender o porquê dos desentendimentos entre teóricos clássicos das Relações Internacionais e as críticas feministas em seu trabalho “You just don’t understand”, de 1997.¹⁷ A autora lamenta a falta de debates públicos sobre o assunto, sendo as discussões confinadas a artigos e marginalizadas pela maioria de outros autores clássicos, além de citar situações desconcertantes em que as perguntas de homens¹⁸ (ou mulheres) em seminários se repetem e ecoam ignorância sobre o assunto:

O que essa conversa tem a ver com a solução de problemas do ‘mundo real’, como a Bósnia, a Irlanda do Norte ou a proliferação nuclear? Por que o gênero tem algo a ver com explicar o comportamento dos estados no sistema internacional? Não é uma disciplina neutra de gênero? Mais inquietantes são os comentários sugerindo que a apresentação é pessoalmente insultante para o público, ou que o material é mais adequado para leitura à beira do leito do que para discussões acadêmicas sérias.¹⁹ (TICKNER, 1997, p. 612, tradução nossa)

Perspectivas feministas em relações internacionais

Para começar a entender o gênero como um ângulo para o entendimento da vida social, é importante trazer à tona os questionamentos sobre o privado e o público. A diferenciação entre a vida pública e a vida privada serve, entre outras coisas, para a perpetuação de relações assimétricas de

17 A autora usa a palavra *misunderstandings* para explicar os desentendimentos entre teóricos clássicos de Relações Internacionais e teóricas feministas. “Desentendimentos” é tradução livre nossa do termo.

18 Não são apenas homens que criticam teóricas feministas e não são apenas mulheres que utilizam o feminismo para explicar as relações internacionais, porém é importante frisar que a grande maioria de autores clássicos (se não todos) são homens, e é com eles o debate principal dos anos 1990 que traçamos durante o texto.

19 What does this talk have to do with solving ‘real-world’ problems such as Bosnia, Northern Ireland or nuclear proliferation? Why does gender have anything to do with explaining the behavior of states in the international system? Isn’t IR a gender-neutral discipline? More unsettling are comments suggesting that the presentation is personally insulting to the audience, or that the material is more suitable for bedside reading than for serious scholarly discussion. (TICKNER, 1997, p. 612)

poder entre homens e mulheres. Carol Pateman (2014), em “O contrato sexual”, discute essa dualidade entre público e privado, mostrando como em um contrato – mesmo aquele de relações amorosas – é possível enxergar desigualdades: quem ganha o quê. Quando em uma dualidade algo é tratado como “privado”, este perde a conotação política, ou seja, “é uma forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares”. (MIGUEL; BIROLI, 2015) Desta forma, é possível perceber que a maneira como o poder funciona nas relações familiares é crucial para entender como ele funciona na sociedade.

Para além disso, de acordo com Cynthia Enloe, existem experiências internacionais femininas que se transpõem, o próprio Estado depende de relações pessoais para seu funcionamento. Assim, não existem relações diplomáticas, militares ou econômicas sem a presença feminina. Entretanto, na medida em que as ações masculinas são dignificadas, a feminilidade é vista como sacrifício. (ENLOE, 1989) O pensamento de Enloe explicita quão grandes são as lacunas existentes na disciplina e quão negligenciadas foram ao longo da história as relações patriarcais de poder.

Questões relevantes para o mundo real?

Como se pode perceber ao longo do texto, os questionamentos a trabalhos feministas são recorrentes e grande parte do debate estaria na pergunta “como uma perspectiva feminista pode ser capaz de responder questões relevantes do mundo real (*real-world issues*)?”. Nesse sentido, Tickner (1997) questiona a construção da pergunta, ao confrontar com o questionamento do que seriam “questões relevantes”. Para a autora, quando esse tipo de questionamento é feito, estamos querendo dizer que estas questões proeminentes estão dadas como certas e que qualquer outra questão (que fuja de temas de *hard power*, como a proliferação de armas nucleares, segurança estatal, entre outras) não seria relevante.

As contribuições da teoria *Queer* para as relações internacionais

Historicamente, o campo das RI negligenciou o papel da identidade de gênero e da orientação sexual como elementos centrais de análise. Contudo, as epistemologias trazidas pela teoria feminista e pela teoria *queer*, conforme mencionadas anteriormente, deram margem a que novas agendas de pesquisa se desenhassem nesse sentido.

Para as Relações Internacionais *Queer*, o gênero e as sexualidades foram centrais na formação do discurso neoliberal vigente em âmbito internacional. Sob a égide da heteronormatividade, tal discurso leva consigo valores, políticas e práticas tácitas das formas dominantes de masculinidade heterossexual. Incluindo tais variáveis como fulcrais na análise, observa-se que contradições históricas nos padrões econômicos e nas complexas estruturas do capitalismo global contemporâneo ganham uma “nova” compreensão.

Ao contrário do que se imagina, esse campo de estudo não é exatamente novo. Desde meados dos anos 1990, autoras e autores como Hagen, Peterson, Rao, Richter-Montpetit, Smith e Weber vêm se debruçando para entender como normatividades e não-normatividades relacionadas às categorias de gênero e sexualidade sustentam e contestam estruturas internacionais de poder que, por sua vez, estão diretamente ligadas às noções de heteronormatividade, homonormatividade e cisnormatividade. A partir desse ponto, a agenda de pesquisa das RI *Queer* contempla análises que buscam entender a formação do Estado e suas políticas, da construção de nações e nacionalismos, de estudos de Segurança Internacional e da Economia Política Internacional.

Contudo, por se tratar de um campo que ganhou maior tração nos últimos 20 anos, ainda desperta muitas inquietações e está permeado por questionamentos. Costumeiramente, o primeiro deles diz respeito ao significado da palavra *queer* e da manutenção do termo em inglês mesmo quando trabalhado no Brasil. Há controvérsias sobre sua origem e sobre quando o termo foi atrelado à comunidade gay de maneira pejorativa. *Queer* pode ser entendido como algo que é “estranho”, “errado”

ou “impróprio”. Durante os anos 1980, quando a teoria *Queer* começou a ganhar força nas ciências sociais, a terminologia servia como forma de resistência e de um processo de ressignificação, passando de um termo pejorativo para algo positivo e que trouxesse representatividade à comunidade LGBTIQ.

Nas bases da teoria *queer*, influenciada em grande medida pela obra de Foucault, busca-se desafiar todas as normas em torno de gênero e de sexualidade, no pensar e no agir. Para as Relações Internacionais, o *queer* é entendido como verbo (Queering International Relations), ou seja, busca ressignificar todas as compreensões anteriormente estabelecidas sobre o funcionamento dos processos globais. Um exemplo desse processo de ressignificação é trazido por Kahan (2017) ao defender a existência de um Sistema-Mundo Sexual. Ao fazer uma releitura do trabalho clássico de Wallerstein (2011), Kahan acredita que há um modelo mundial que denomina a produção, transmissão, difusão e consumo do conhecimento sexual em âmbito internacional, regional e local.

O *Queer* busca, portanto, desestabilizar as RI, desafiando a compreensão de gênero e de sexualidade, a partir do questionamento do que é normal. Pode-se, sinteticamente, dizer que as Relações Internacionais *Queer* buscam realizar análises políticas do funcionamento de normas, práticas, relações e/ou instituições sexuais e de gênero não normativas, ao mesmo tempo que se recusam a se limitar a um objeto de referência vinculado. Essa recusa busca reafirmar que o *Queer* não é um instrumento de análise apenas do papel das pessoas LGBTIQ nas dinâmicas internacionais, mas de todos os atores que desafiam os “regimes do normal” sexual – nacional e transnacional. Nesse sentido, inclui ainda em sua pauta temas heterossexuais não normativos, a exemplo da figura do terrorista/insurgente muçulmano.

Por fim, de acordo com Cynthia Weber e Melanie Richter-Montpetit (2017), algumas das questões centrais desse campo giram em torno de como as ideias culturais sobre gênero e sexualidade moldam a política externa e as operações militares; de quão grandemente os quadros heteronormativos, homonormativos e cisonormativos determinam as operações da economia política global; de que maneira os entendimentos

não normativos de gênero e sexualidade se cruzam com a compreensão da diferença racial e formas coloniais de poder para construir figuras internacionalmente perigosas – como “o terrorista” ou “o insurgente” –; e do quanto os processos de formação do Estado moderno estão ligados às relações familiares heteropatriarcais e às normatividades associadas a sexualidade e gênero.

Considerações finais

As epistemologias feministas e *queer* trouxeram um enorme avanço do debate acadêmico de Relações Internacionais, trazendo o debate de gênero para o centro da análise das estruturas internacionais de poder. Como sustenta Angela Davis (2008), a primeira grande clivagem da humanidade foi a escravização da mulher pelo homem, de modo que todas as formas subsequentes de dominação são descendentes desta. Sendo assim, o capitalismo, o imperialismo e o racismo são sintomas da supremacia/sexismo masculina e a posição histórica da mulher é indissolúvel da consolidação do capitalismo.

Nesse sentido, pontos levantados e estudados por feministas em Relações Internacionais não foram vistos como relevantes. O questionamento “Onde estão as mulheres?”²⁰ ainda é um ponto de partida para uma análise feminista sobre o sistema internacional, de maneira que

Olhar para cima possibilita a investigação de como as estruturas de poder político e [...] econômico são criadas, sustentadas e legitimadas. [...] Olhar para baixo envolve investigações baseadas na vida daqueles que normalmente não são considerados porta-

20 Ecoando o começo do capítulo: Onde estão as mulheres nos estudos clássicos de relações internacionais? Ann Tickner, em diversos textos levanta este questionamento. Em seu livro de 2001: *Gendering World Politics*, a autora mostra como este pode ser um dos pontos de partida para análises de sistema de poder e relações econômicas nas relações internacionais. Não por mulheres serem mais importantes que homens, mas sim pois suas vivências e experiências são continuamente apagadas da história e principalmente negligenciadas em análises empíricas e clássicas.

dores de conhecimento. [in] ... ‘Mais baixo que baixa política’²¹
(TICKNER, 2001, tradução nossa)

Trata-se de um campo em franca expansão e com muitas possibilidades de exploração teórica e empírica.

No que tange às Relações Internacionais *Queer*, investiga-se como certas normatividades e assuntos sexuais são produzidos e passam a ser entendidos em termos binários, questionando os efeitos políticos deste tipo de pensamento e/ou os “regimes do normal”. O campo ainda tem estendido uma crítica às dicotomias heterossexuais/homossexuais e masculinas/femininas, o que acaba por subscrever os tradicionais estudos LGBT e de gênero, incluindo algumas perspectivas LGBT e feminista em RI.

Os desdobramentos e questionamentos de gênero nas Relações Internacionais trazem à luz um debate lúcido sobre como instituições, Estados e a economia dependem de relações pessoais, que, por muitas vezes, são deslegitimadas e despolitizadas no debate clássico. O avanço da disciplina com as contribuições feministas, *queer*, pós-coloniais e decoloniais aponta a robustez e o potencial da disciplina, além da diversidade de desdobramentos que as agendas de Relações Internacionais ainda podem trazer.

Referências

BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

DAVIS, A. Women and Capitalism: Dialectics of Oppression and Liberation. In: JAMES, Joy (Ed.). *The Angela Y. Davis Reader*. Oxford: Blackwell, 2008. p. 161-192.

EHREINRECH, B.; KATHA, P. So what if women ruled the world. *Foreign Affairs*, Washington, DC, v. 78, n. 1, p. 118-129, 1999.

ENLOE, C. *Bananas, beaches and bases*. London: Pandora Press, 1989.

21 “looking up enables the investigation of how power structures of political and economic power [...] are created, upheld, and legitimated [...] Looking down involves investigations based on the lives of those not normally considered as bearers of knowledge [...] ‘Lower than low politics’”.

- FUKUYAMA, F. Women and the evolution of world politics. *Foreign Affairs*, Washington, DC, v. 77, n. 5, p. 24-40, 1998.
- JONES, A. Does 'gender' make the world go round? Feminist critiques of international relations. *Review of International Studies*, New York, v. 22, p. 4, p. 405-429, 1996.
- KAHAN, B. Conjectures on the Sexual World-System. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, Durham, v. 23, n. 3, p. 327-357, 2017.
- KEOHANE, R. O. International relations theory: Contributions of a feminist standpoint. *Millennium*, [s.l.], v. 18, n. 2, p. 245-253, 1989.
- KISHWAR, M. Delhi: Gangster Rule. In: SINGH, P.; MALIK, H. (Ed.). *Punjab: The Fatal Miscalculation*. New Delhi: Patwant Singh, 1985. p. 171-178.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- NYE JR, J. S. Get smart: Combining hard and soft power. *Foreign affairs*, Washington, DC, v. 88, n. 4, p. 160-163, 2009.
- PATEMAN, C. *Sexual contract*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2014.
- STOWE, H. B. Sojourner Truth, The Libyan Sibyl. *The Atlantic*, Apr. 1868.
- TICKNER, J. A. You just don't understand: troubled engagements between feminists and IR theorists. *International Studies Quarterly*, v. 41, n. 4, p. 611-632, 1997.
- TICKNER, J. A. *Gendering world politics: Issues and approaches in the post-Cold War era*. Columbia University Press, 2001.
- WALLERSTEIN, I. *The modern world-system I: Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. Berkeley: University of California Press, 2011.
- WALT, S. M. International Relations: One World, Many Theories. *Foreign Policy*, New York, n. 110, Spring, 1998. Special Edition: Frontiers of Knowledge.
- WALTZ, K. N. *Man, the state, and war: A theoretical analysis*. New York: Columbia University Press, 2001.
- WAYLEN, G. You still don't understand: Why troubled engagements continue between feminists and (critical) IPE. *Review of International Studies*, Cambridge, v. 32, n. 1, p. 145-164, 2006.